

ESPAÇOS E POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER COMO COMPONENTES ESSENCIAIS NA AGENDA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Adm. Alexandre Gomes Galindo

RESUMO

Este artigo visa fazer apanhado reflexivo sobre questões críticas relacionadas com a importância do esporte e lazer como uma das funções sociais da cidade de Santana do Estado do Amapá. O viés de argumentação está calcado nas evidências sobre a necessidade de espaços, instalações e equipamentos, bem como da elaboração de políticas públicas efetivas para o fomento à prática da atividade física, esportiva e de lazer nos municípios. O governo deve estar alerta para a elevada importância desta questão na dinâmica da sociedade, buscando investir no sentido de reduzir a exclusão social e tornar as cidades passíveis de serem habitadas com conforto, prazer e segurança.

Palavras-Chave: planejamento urbano; políticas públicas; esporte e lazer;

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

LAZER COMO UMA DAS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE

A cidade entendida como “lócus” de vivência do homem, expressa em suas formas a intensidade da atenção dada às funções de moradia, circulação, trabalho e lazer pela sociedade que ali habita. No Brasil, a partir de 1988, o planejamento da cidade tornou-se exercício obrigatório, na medida em que a Constituição Federal (nos artigos 182 e 183) dispõe sobre a ordenação do processo de desenvolvimento das funções sociais da cidade, para garantir o bem-estar dos habitantes. Entretanto, só em 2001, através da lei federal 10.257 (Estatuto da Cidade), é que foram estabelecidas as principais diretrizes de execução das políticas urbanas que devem estar expressas nos Planos Diretores dos municípios.

Segundo Carlos (2005), a cidade pode ser concebida como uma realização humana, fruto de processo histórico contínuo, cuja formação e existência vincula-se pelo menos a seis elementos: a) divisão do trabalho; b) divisão da sociedade em classes; c) acumulação tecnológica; d) produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica; e) um sistema de comunicação e f) uma certa concentração espacial das atividades não-agrícolas. O mesmo autor, ainda ao justificar que a cidade não é apenas um local de aglomeração de pessoas, apresenta o seguinte argumento, reforçando o seu caráter orgânico de formação e desenvolvimento:

“Pensar a cidade significa refletir sobre o espaço urbano. A paisagem urbana é a forma pela qual o fenômeno urbano se manifesta, o espaço urbano pode ser apreendido (é o nível fenomenológico). Em última análise, o espaço geográfico é uma relação social que se materializa formal e concretamente em algo passível de ser apreendido, entendido e apropriado. Desse modo a cidade é a dimensão concreta, vinculada à dinâmica do desenvolvimento” (CARLOS, 2005, p. 70).

O Estatuto da Cidade em sua primeira diretriz de balizamento para o desenvolvimento da política urbana, através dos planos diretores municipais, enfatiza o lazer como direito a ser garantido no planejamento da cidade. Conforme estabelece o Estatuto, o planejamento deve proporcionar:

“garantia do Direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à **infra-estrutura urbana**, ao **transporte** e aos **serviços públicos**, ao trabalho e ao **lazer**, para as presentes e futuras gerações” (ROLNIK, PINHEIRO, 2005, p. 143, negrito nosso).

O lazer, visto como uma dos direitos do cidadão pode ser considerado um tema de sentido diversificado, tanto sobre o prisma teórico, como prático, cuja origem se entrelaça em raízes de ordem antropológica (ludicidade inerente ao próprio homem) e de ordem sociológica (manifestação humana sócio-culturalmente elaborada).

Segundo Bramante (2005), em função da complexidade da sociedade contemporânea, cada vez mais se tem observado a vinculação de diversas áreas em estudos e ações relacionados com o lazer (gerontologia, estudo de gênero, portadores de deficiência, dentre outras), bem como o envolvimento de novas disciplinas englobando questões relacionadas (psicanálise, geografia humana, história, etc), tornando patente o caráter multidisciplinar e multiprofissional do lazer. Já Garrido (2005), ao analisar o contexto do esporte e lazer no Estado do Rio de Janeiro, apresenta como opções de áreas, instalações e empreendimentos para prática e oferta de lazer as praias, praças, jardins, parques, museus, teatros, cinemas, centros culturais, bibliotecas públicas, casas de espetáculos, Shopping Centers, clubes, academias de ginástica, parques temáticos e escolas de samba.

No quadro a seguir, é apresentado o destaque dado por Camargo (2005) ao resultado de pesquisa realizada no ano de 1996, no Estado de São Paulo, relacionada à prática e aspirações culturais de lazer da população paulistana com idade acima de 15 anos:

Quadro 1: Práticas e aspirações culturais de lazer para cada 100 paulistanos acima de 15 anos em 1996

- 88 assistem TV diariamente ou várias vezes por semana
- da programação de TV, 31 deles preferem novelas, 24 os telejornais e 16 os filmes
- 83 ouvem rádio diariamente ou várias vezes por semana
- 71 preferem, na rádio, a audição musical pura e simples
- 68 lêem jornais diariamente ou várias vezes por semana
- nos jornais, 19 preferem a seção esportiva, 17 o noticiário nacional, 12 a seção policial e 5 economia
- 40 lêem revistas ao menos uma vez por semana
- no último ano, 10 leram ao menos um livro e 47 nenhum
- 24 escrevem ao menos cartas, 7 compõe poemas
- 18 têm a culinária como “hobby”, 12 a criação de animais, 11 a jardinagem, 11 os concertos domésticos
- todos apreciam algum tipo de música, sendo que 23 preferem a música sertaneja, 22 a música popular brasileira, 15 o pagode, 9 o rock, 6 a música clássica
- 4 compõem algum tipo de música
- 14 executam algum tipo de instrumento musical
- 7 declaram alguma habilidade com desenho, 6 com pintura
- 40 tiram fotografias e 2 já fizeram algum curso na área
- 9 freqüentam parques diariamente ou algumas vezes por semana, 28 algumas vezes por mês
- 3 freqüentam semanalmente salas de cinema, 9 ao menos uma vez por mês, 10 algumas vezes por ano
- 34 preferem filmes de ação, 15 preferem comédia e 14 os filmes românticos
- 4 vão ao teatro ao menos uma vez por mês, 7 algumas vezes por ano
- 58 têm na comédia o Gênero de teatro preferido
- 21 foram a algum tipo de espetáculo no mês anterior à entrevista
- 2 visitam galerias de arte ao menos uma vez por mês, 8 algumas vezes por ano
- 56 participam de alguma atividade associativa, 37 tiraram férias nos últimos 12 meses, 17 viajaram, 7 hospedaram-se em hotéis nessas viagens

Fonte: Camargo (2005)

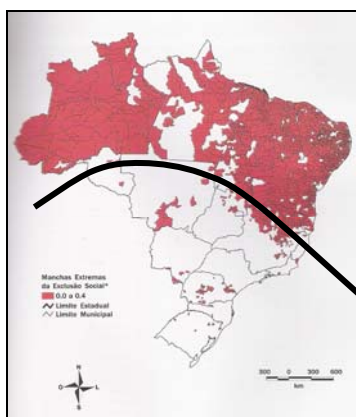
O Brasil pode ser visto como um continente possuidor de peculiaridades regionais representativas de uma nação complexa e heterogênea, onde as características sócio-econômicas e culturais entre as regiões são muitas das vezes diferenciadas ou contratantes. Conseqüentemente, ressaltando as diferenças regionais e admitindo a necessidade de um volume maior de estudos similares nos diversos estados brasileiros, verifica-se, ao analisar o quadro acima, o leque de opções possíveis de serem desenvolvidas para o fomento do lazer na sociedade.

Desta forma, não confundindo com a filosofia de “*dar pão e circo ao povo*”, vale ressaltar que o lazer, como campo do conhecimento, ou área de intervenção, deve ser visto por parte dos gestores públicos como instrumento de enfrentamento dos problemas existentes da cidade, principalmente no que se refere ao processo de elevada exclusão social.

INCLUSÃO SOCIAL COMO PERSPECTIVA DE AÇÃO DENTRO DO ESPORTE E LAZER NA CIDADE

Ao remeter o foco das reflexões sobre a inclusão social como um pilar balizador de ações nas áreas do esporte e do lazer, inevitavelmente faz-se necessário iniciar com o olhar voltado para sua antítese, isto é, para o escopo da exclusão social como processo. Melazzo et al (2003), alerta que o termo exclusão social, além de recente, possui diversos conceitos e propósitos, podendo ser interpretado sob o ponto de vista da marginalização, da pobreza, da diferença sócio-cultural ou da desigualdade, inclusive ser dimensionado como exclusão estrutural, absoluta, relativa, de possibilidade de diferenciação, da representação ou como exclusão integrativa.

Ao elaborar um indicador de exclusão social, associando índices relacionados com componentes de vida digna (pobreza, emprego formal e desigualdade), de conhecimento (anos de estudo e alfabetização) e de risco juvenil (concentração de jovens e violência), Pochmann et al (2003a, 2003b) constataram que aproximadamente 42% dos municípios brasileiros caracterizam-se como localidades associadas à elevada situação de exclusão social, englobando 21% da população nacional. Esta proporção se eleva abruptamente ao analisar isoladamente as regiões norte e nordeste (Figura 1), devendo as pessoas estarem alertas sobre a necessidade de intervenções imediatas nas esferas estruturais e políticas, incluindo na agenda de planejamento do município, medidas efetivas que busquem viabilizar espaços e ações voltadas para a garantida de acesso às funções ditas dignas e básicas de uma cidade.



Fonte:Pochmann et al (2003)

Figura 1- Municípios brasileiros com Índices de Exclusão Extrema

Para Nogueira et al (2005), várias medidas efetivas de enfrentamento da exclusão social têm sido originárias de ações religiosas, humanitárias da sociedade civil, jurídicas de proteção à criança, esportivas como meio de inclusão social, empresariais, bem como do Estado em suas múltiplas esferas. Inclusive, o lazer, tanto em sua manifestação esportiva, quanto não esportiva, tem sido incorporado como elemento fundamental em quase a totalidade dos projetos de inclusão social.

Para uma análise mais profunda sobre o desenvolvimento das ações específicas de inclusão no Brasil, convém remeter ao estudo de alguns autores que descrevem as características dos programas voltados para crianças e jovens (GOMES e CONSTANTINO,2005), mulheres (MOURÃO e VOTRE,2005; GOMES,2005), idosos (FARIA JUNIOR,2005; FARIA JÚNIOR e BOTELHO,2005; FARINATTI e LUZ,2005), surdos (MATARUNA et al, 2005), deficientes visuais (MATARUNA et al, 2005), paradesporto (STEFANE et al,2005), portadores de nanismo (MATARUNA e BARROS, 2005) e dança com cadeiras de rodas (FERREIRA e FERREIRA,2005).

Desta forma, o estabelecimento de políticas que atuem diretamente na dinâmica das relações sociais e a oferta de espaços e infra-estruturas na cidade, são essenciais para abertura de canais efetivos de enfrentamento da exclusão social, na medida em que disponibiliza acessos e ambientes propícios para convivências e práticas saudáveis.

No cenário amapaense, Galindo e Moraes (2004,2005) identificaram que os eixos de maior interesse social para discussão sobre políticas públicas no Estado em 2004 foram *Esporte, lazer e qualidade de vida; Esporte educacional e Direito ao Esporte e lazer*. Ao analisar os registros relacionados com as dimensões “*espaços-equipamentos públicos*” e “*políticas públicas*”, da Carta de Proposições da 1ª Conf. Estadual do Esporte do Amapá (1º CICLO DE CONFERÊNCIA DO ESPORTE DO ESTADO DO AMAPÁ-2004, 2005), identificou-se os seguintes destaques:

Quadro 2 - Destaques referente aos Espaços, Equipamentos e Políticas Públicas de Esporte/Lazer

Principais Dificuldades do Esporte/Lazer relacionadas com os Espaços e Equipamentos Públicos		
1º	Falta de espaços adequados e destinados à prática esportiva	12 Citações
2º	Falta de Equipamentos públicos específicos*	10 Citações
Principais Potencialidades do Esporte/Lazer relacionadas com os Espaços e Equipamentos Públicos		
1º	Existência de espaços potenciais para a prática, e/ou construção, de locais apropriados para as atividades físicas, esportivas e de lazer	23 Citações
2º	Meio ambiente propício e com recursos naturais para a prática de atividades físicas e esportivas	13 Citações
Principais Propostas de Ação para o Esporte/Lazer relacionadas com os Espaços e Equipamentos Públicos		
1º	Construção/reforma/ampliação de espaços/equipamentos públicos para uso adequado pela sociedade	13 Citações
2º	Criação de Centros Esportivos	6 Citações
Principais Dificuldades do Esporte/Lazer relacionadas com Políticas Públicas		
1º	Falta de políticas específicas voltadas para o fomento das atividades físicas, esportivas e de lazer	14 Citações
2º	Pequeno apoio das instituições governamentais (poder público) para o esporte/lazer	12 Citações
Principais Potencialidades do Esporte/Lazer relacionadas com Políticas Públicas		
1º	Iniciativa do governo estadual e de alguns municípios em promover eventos que desenvolvam a prática da atividade física, esportiva e de lazer por parte da sociedade	4 Citações
2º	Manifestação de diversos órgãos públicos e sociedade civil organizada a favor da implantação de políticas públicas de esporte/lazer na cidade	3 Citações
Principais Propostas de ação para o Esporte/Lazer relacionadas com Políticas Públicas		
1º	Criação de políticas específicas para o desenvolvimento do esporte em suas diversas manifestações**	10 Citações
2º	Realização de convênios/parcerias/intercâmbios entre entidades públicas e privadas para a realização de projetos na área do esporte e do lazer	8 Citações

Fonte: Carta de Proposições aprovada pela Plenária Final da 1ª Conferência Estadual do Esporte do Amapá-2004.

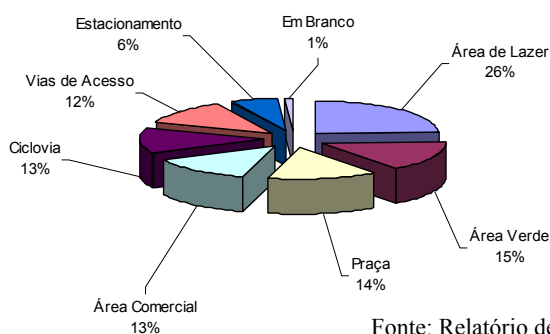
Nota: (*) Campos de Futebol; Pistas de atletismo; Centros Culturais e esportivos; parque aquáticos, dentre outros.

(**) na esfera da educação de jovens e adultos; no desporto escolar; para os idosos; na descoberta de talentos esportivos; no desporto universitário; dentre outras.

A expectativa de um planejamento bem definido que propicie acesso à prática da atividade física, esportiva e de lazer, é observado inclusive em fóruns diferentes aos do esporte e lazer. Por exemplo, pode-se citar o caso do segundo maior município em PIB e densidade demográfica do Estado do Amapá (Santana), onde, durante a realização da 2ª Conferência da Cidade em 2005, das 33 proposições sobre *Política Urbana Regional e Metropolitana*, registradas nos Anais do evento (2ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DE SANTANA, 2005), o desenvolvimento de políticas de esporte/lazer na cidade e construção/revitalização dos logradouros públicos para a prática da atividade física, esportiva e de lazer, situou-se como a quarta ação mais sugerida para priorização no uso dos recursos públicos do município.

Durante o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Santana (Estado do Amapá) em 2005, realizou-se um processo de sondagem, através de pesquisa de caráter diagnóstico, com aplicação de questionário a 528 moradores de diversos bairros e distritos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA, 2005). Após a tabulação dos dados, verificou-se que as áreas de lazer foram consideradas como principal prioridade regional (50% dos entrevistados) e o cinema indicado como principal demanda na área artístico-cultural (Gráfico 1).

Pesquisa Diagnóstica do PDP-Santana (AP)
(Questão 8: Destaque qual a prioridade na sua Região)

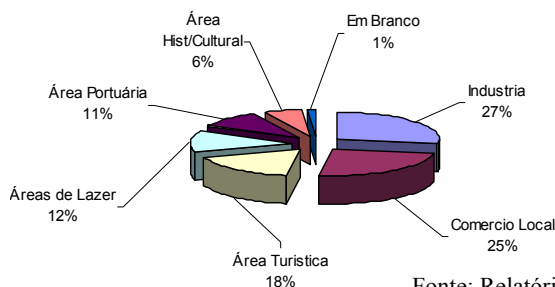


Fonte: Relatório de Tabulação: questionário de sondagem nº 1
Leitura da Cidade do PDP-Santana, 2005.

Gráfico 1- Pesquisa sobre espaços prioritários para a sociedade do Município de Santana-AP

Entretanto, ao inferir sobre qual espaço necessitava melhorias para geração de emprego e renda, bem como quais atividades comerciais mais intensas na região, verificou-se que as áreas de lazer e comércio do lazer não se destacaram, reforçando a idéia de que espaço e atividades de lazer na cidade são vistos pela população, como opções de prazer e não de trabalho (Gráfico 2).

Pesquisa Diagnóstica do PDP-Santana (AP)
(Questão 10: Qual espaço em sua região necessita de melhoria para geração de emprego e renda)



Fonte: Relatório de Tabulação: questionário de sondagem nº 1
Leitura da Cidade do PDP-Santana, 2005.

Gráfico 2- Pesquisa sobre espaços prioritários para geração de emprego e renda no Município de Santana-AP

Inclusive, ao analisar as respostas abertas, no que se refere às potencialidades do município, verificou-se que a construção de áreas e opções de lazer (ao lado da melhoria na segurança pública), foi considerada como segunda maior potencialidade de realização municipal sob a ótica dos entrevistados, sendo superada apenas pela expectativa de resultados, oriunda da geração de empregos, principalmente para jovens.

Percebe-se mais uma vez que a oferta de espaços, infra-estruturas e políticas para o esporte/lazer são itens indestacáveis de uma agenda séria de planejamento e gestão da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate das funções sociais da cidade e pleno uso por parte da população, perpassam por intervenções políticas que enfrentem de imediato os problemas existentes no presente e por esforços de todos visando mudança cultural, calcada no fortalecimento da identidade local e desenvolvimento regional. Neste caminho, a inclusão social, em seus diversos conceitos e dimensões, elege-se como uma diretriz para políticas públicas e condução da cidade. É por isso que a existência de espaços, equipamentos, infra-estruturas e políticas adequadas, voltadas para a prática da atividade física, esportiva e de lazer são elementos constitutivos obrigatórios de qualquer sociedade.

Os gestores públicos devem estar atentos para a importância desta questão na dinâmica social, investindo esforços no sentido de fazer com que a cidade seja realmente um local repleto de opções para o bom viver e conviver.

REFERÊNCIAS

1º CICLO DE CONFERÊNCIAS DO ESPORTE DO ESTADO DO AMAPÁ-2004. Estado do Amapá. **Anais...** Macapá: Departamento Estadual do Desporto e do Lazer, 2005. p. 39-55. 1 CD-ROM.

2ª. CONFERÊNCIA DA CIDADE DE SANTANA-2005. Município de Santana. Estado do Amapá. **Anais...** Santana: Prefeitura Municipal de Santana, 2005. p. 17-24. 1 CD-ROM.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Lazer: cidades e regiões. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 525-526.

CAMARGO, Luiz Otávio Lima de. O lazer na cidade de São Paulo. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.p.533-537.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2005. p 56-66.

FARINATTI, Paulo de Tarço Veras; LUZ, Leonardo Gomes de Oliveira. Esporte e inclusão social: atividades físicas para idosos-III (uma tentativa preliminar de mapeamento regional). In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 632-637.

FERREIRA, Maria Beatriz Rocha; FERREIRA, Eliana Lúcia. Dança em cadeira de rodas. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 653-654.

GALINDO, Alexandre Gomes; MORAES, Rui Sebastião. Análise dos resultados obtidos no 1º ciclo de conferências do esporte no estado do Amapá: subsídios iniciais visando a elaboração de políticas públicas para o esporte e o lazer. **Revista Cínergis**. Santa Cruz do Sul, v.5, n.2, jul/dez 2004. p. 9-28.

GALINDO, Alexandre Gomes; MORAES, Rui Sebastião. Principais eixos temáticos de interesse social na discussão sobre políticas públicas para o esporte e lazer no estado do Amapá. In: 57ª. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Anais...**SBPC/Universidade Estadual do Ceará. Ceará, 2005.

GARRIDO, Fernando. Lazer e esportes no Rio de Janeiro. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 527-532.

GOMES, Euza Maria de Paiva. Esporte e inclusão social: mulheres na gestão esportiva brasileira. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 615-616.

GOMES, Marta Corrêa; CONSTANTINO, Turini. Projetos esportivos de inclusão social-PIS: crianças e jovens. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 602-612.

JÚNIOR, Alfredo Faria. Esporte e inclusão social: atividades físicas para idosos-I. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 617-621.

JÚNIOR, Alfredo Faria; BOTELHO, Rafael G. Esporte e inclusão social: atividades físicas para idosos-II. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 622-631.

MATARUNA, Leonardo et al. Esporte e Educação Física de inclusão social: surdos. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 634-637.

MATARUNA, Leonardo et al. Inclusão social: esporte para deficientes visuais. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 638-644.

MATARUNA, Leonardo; BARROS, Luciana de Oliveira. Inclusão social: esporte para portadores de nanismo. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 650-652.

MELAZZO, Everaldo Santos; et al. **Políticas públicas e exclusão social: a construção do debate no interior do SIMESP**. In: IV Fórum de Ciências da FCT. Anais...FCT. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/simespp/prodcient.html>> Acesso em: 31 dez. 2004.

MOURÃO, Ludmila; VOTRE, Sebastião. Esporte e inclusão social: mulheres. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 613-614.

NOGUEIRA, Heloisa G.P.; TEVES, Nilda; MATARUNA, Leonardo; DACOSTA, Lamartine. Projetos de inclusão social I: história e conceitos. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 533-537.

POCHMANN, Marcio, et al. **Atlas de exclusão social no Brasil-Volume 1**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003. 221 p.

POCHMANN, Marcio, et al. **Atlas de exclusão social no Brasil-Volume 2: dinâmica e manifestação territorial**. São Paulo: Cortez, 2003. 167 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA. **Relatório de Tabulação: questionário de sondagem nº 1-Leitura da Cidade do Plano Diretor Participativo**. Santana: PMS, 2005. 62 p.

ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie Macedo (Coords). **Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. 2 ed. Brasília: Ministério das Cidades/CONFEA, 2005. 160 p.

SENADO FEDERAL. **Constituição 1988**: Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas ementas constitucionais nºs 1/92 a 30/2000 e emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/94-Edição atualizada em dezembro de 2000. Brasília: Senado Federal, 2001. 403 p.

STEFANE, Claudia Aparecida et al. Esporte adaptado, paraolimpíadas e olimpíadas especiais. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 645-649.